

Sessão Pública Descartada a suspensão de dívidas do Estado do Rio

11 SET 1996

Governo federal só admite parcelar o pagamento dos débitos com o Tesouro em até seis meses

• BRASÍLIA e RIO. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse ontem que há espaço para negociar uma solução para as dívidas do Rio de Janeiro, dentro da intenção do Governo de resolver o problema de endividamento dos estados. Ele descartou, no entanto, a suspensão de pagamentos, por ser ilegal. O secretário do Tesouro, Murilo Portugal, adiantou que o Governo está estudando a possibilidade de parcelar o pagamento de dívida contratual do Rio de Janeiro com o Tesouro. De acordo com Portugal, a Lei 7.976/87 estabeleceu pagamentos semestrais para esse tipo de dívida. O Tesouro já permitiu anteriormente que outros estados dividissem a parcela semestral em seis vezes para facilitar o pagamento do débito.

— Já autorizamos esse tipo de rolagem antes para outros estados, não há empecilhos para isto na lei — disse Portugal, sem no entanto, antecipar se vai dar as mesmas condições ao Rio.

Se for adotado o mesmo modelo aplicado nos casos anteriores, o Governo do Estado do Rio de Janeiro se antecipará ao pagamento programado para dezembro, iniciando o depósito das seis parcelas já a partir de outubro. O restante seria adiado para os três

primeiros meses de 1997.

Uma fonte da equipe econômica disse que o Governo estuda uma solução para a dívida mobiliária (em títulos) dos estados, inclusive o Rio, o que atenderia a outro pedido do governador Marcello Alencar. O Governo deverá, pelo menos, assumir um compromisso formal junto ao Banco Mundial (Bird), de que o débito está sendo renegociado. Desta forma, o Bird liberaria empréstimo de US\$ 300 milhões para a reforma do estado. O débito do Rio com bancos também está em discussão e o Banco Central já está buscando uma solução.

O governador Marcello Alencar disse ontem que o estado deverá economizar R\$ 15 milhões por mês com o programa de demissões voluntárias. Ele acredita que o programa, iniciado ontem, terá uma adesão de dez a 12% do funcionalismo. Segundo Marcello, o objetivo do Governo é enxugar o quadro de pessoal e obter equilíbrio entre receita e despesa.

— Queremos que as pessoas tenham oportunidade de organizar suas vidas. Não queremos gerar desemprego — disse o governador Marcello Alencar, acrescentando que o programa oferece estímulos à criação de cooperativas de ex-funcionários. ■